

As ciências sociais e a modernidade-mundo: uma ruptura histórica epistemológica radical?

Cyntia de Oliveira e Silva

*Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação do Centro de Ciências da Educação –
CED, da Universidade Federal de Santa Catarina, da linha de pesquisa Trabalho e Educação.*

cyntiasilva@yahoo.com

A pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído este trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. *Karl Marx (1)*

Resumo

Com base em Ianni e Harvey, o presente texto questiona se as transformações pelas quais passa o mundo tratam-se de mudanças radicais ou de transformações ocorridas apenas ao nível da aparência, até que ponto tais mudanças podem ser consideradas uma profunda ruptura com a linha histórica epistemológica da modernidade. Discute alguns dos aspectos relacionados a essas transformações no campo das Ciências Sociais, contrapondo as posições que se alinham com a perspectiva da ruptura, expressa no conceito de “globalismo”, com aquelas que, após a apresentação de elementos da base empírica das transformações político-econômicas do capitalismo no final do século XX, concluem que se tratam de fenômenos situados mais na esfera aparente da sociedade do que em sua essência. Por meio dos autores mencionados destaca ainda o debate entre modernidade e pós-modernidade, continuidade ou ruptura. Ao final, conclui que o referencial epistemológico baseado no materialismo-histórico-dialético continua válido para orientar o processo de conhecimento da base material, dos movimentos e das contradições presentes na sociedade capitalista, bem como de suas ideologias e formas de consciência social, incluídas aí a cultura e a educação.

Palavras-chave: Ciências Sociais. Globalização. Globalismo. Modernidade. Pós-modernidade.

1. Introdução

Dizer que o mundo passa por profundas, radicais e velozes transformações tornou-se lugar comum na atualidade. Entretanto, não é preciso ser nenhum grande estudioso para perceber tais transformações e suas conseqüências em nosso cotidiano. Podemos nos perguntar até que ponto tratam-se de mudanças radicais ou de transformações ocorridas apenas ao nível da aparência. Até que ponto tais mudanças podem ser consideradas uma profunda ruptura com a linha histórica epistemológica da modernidade?

Como ponto de partida para a discussão sobre alguns dos aspectos relacionados a essas transformações no campo das Ciências Sociais, trago alguns elementos do texto de Octávio Ianni (2) *As ciências sociais e a modernidade-mundo – Uma ruptura*

epistemológica(3), para destacar as questões relacionadas ao que o autor considera como o “globalismo”.

Em seguida, com o objetivo de provocar uma reflexão sobre a afirmação de Ianni de que o momento atual representa uma “ruptura radical” na sociedade e nos referenciais históricos e epistemológicos, apresento como contraponto as contribuições de David Harvey (4) em *A Condição Pós-Moderna* (HARVEY, 2000).

Harvey parte do questionamento sobre a radicalidade de tais mudanças para, após a apresentação de elementos da base empírica das transformações político-econômicas do capitalismo no final do século XX, concluir que se tratam fenômenos que estão mais na esfera aparente da sociedade do que na essência da sistema capitalista.

Vamos, então, a Ianni e Harvey.

2. O globalismo como novo referencial histórico e epistemológico

O ponto de partida de Ianni em seu artigo é o de que o mundo “está sendo atravessado por uma ruptura histórica de alcance universal, por suas implicações práticas e teóricas.” Compara tais mudanças a “um terremoto inesperado e avassalador” que provoca transformações mais ou menos radicais nos modos de vida e trabalho, nas formas de sociabilidade e ideais, nos hábitos e expectativas, nas explicações e ilusões. Destaca que se fala em “novo mapa do mundo”, “mundo sem fronteiras”, “desterritorialização”, “planeta Terra”, “aldeia global”, “mundo virtual”, “dissolução de geografia”, “fim da história”.

Acrescenta que “tudo o que parecia estável, transforma-se, recria-se ou dissolve-se. Nada permanece. E o que permanece já não é mais a mesma coisa”.[...] “Alteram-se as relações do presente com o passado; e o futuro parece ainda mais incerto”. [...] “O que predomina é o dado imediato do que se vê, ouve, sente, faz, produz, consome, desfruta, carece, sofre, padece”.(IANNI, 2001, p.29).

O autor prossegue sua análise afirmando que está em curso “uma profunda e generalizada ruptura histórica e epistemológica na qual estão “sendo abalados os quadros sociais mentais de referência de indivíduos e coletividades, em todo o mundo”. Identifica essa ruptura em todas as formas de pensamento: da Economia à Política; da Sociologia à Antropologia; da Psicologia à Demografia; da Geografia à História; da Filosofia às Artes”. (*Idem*, p.30-31).

No bojo dessas transformações, Ianni aponta uma mudança nos conceitos de tempo e espaço, que altera as noções de lugar, território e fronteira, presente e passado, próximo e remoto, arcaico e moderno, contemporâneo e não contemporâneo. A partir desse pressuposto, propugna o autor a necessidade de que conceitos, categorias e interpretações, até então sedimentados nas ciências sociais, precisam ser reformulados.

Na seqüência de seu texto, lembra que rupturas históricas e epistemológicas dessa ordem têm ocorrido em vários momentos ao longo da história, identificando algumas delas ao longo da Modernidade. Destaca: a que ocorreu entre os séculos XVI e XVII, com o Renascimento; a Reforma Protestante e os descobrimentos marítimos; a transição do século XVIII para o XIX, com o surgimento do Iluminismo; a Revolução Francesa e a Revolução Industrial, que marcaram a consolidação do Capitalismo; as transformações ocorridas no fim do século XIX e início do XX, com a partilha da África e as delimitações dos imperialismos; e, finalmente, aponta que em fins do século XX e início do XXI outra ruptura histórica e epistemológica vem ocorrendo no mundo, tendo como principal característica provocar uma alteração nas relações, processos e estruturas sociais constituindo-se, assim, a **globalização** como um processo histórico-social de “vastas proporções”.

Ianni define **globalismo** como uma nova e abrangente categoria histórica e lógica, que “compreende relações, processos e estruturas de dominação e apropriação desenvolvendo-se em escala mundial, polarizadas em termos de integração e acomodação, assim como em termos de fragmentação e contradição, envolvendo sempre as condições e as possibilidades de soberania e hegemonia”. [...] Assim, dialeticamente, percebe o autor que “todas as realidades sociais são influenciadas e influenciam o globalismo”. Afirma, ainda, que a partir dessa nova realidade, “o objeto das ciências sociais deixa de ser principalmente a realidade histórico-social nacional, ou o indivíduo em seu modo de ser, pensar, agir, sentir e imaginar. Desde que se

evidenciam os mais diversos nexos entre indivíduos e coletividade, ou povos, tribos, nações e nacionalidades, em **âmbito mundial**, o objeto das ciências sociais passa a ser também a **sociedade global**". Nesse contexto, afirma que os cientistas não precisam mais imaginar o que poderia ser o mundo para estudá-lo, pois o mundo já é "uma realidade social, complexa, difícil, impressionante e fascinante, mas pouco conhecida". (IANNI, p. 34-35. Grifos meus).

Mesmo percebendo a necessidade de mudança do foco epistemológico para a "sociedade global", Ianni reconhece, ainda, a vigência do olhar sobre a "sociedade nacional", pois ela "constitui o cenário no qual os seus membros movimentam-se, vivem, trabalham, lutam, pensam, fabulam, morrem". (*Idem*, p. 37-38).

Dados esses pressupostos, destaca as **principais características** dos estudos e interpretações da sociedade global no campo das Ciências Sociais:

a. Baseiam-se nos ensinamentos das teorias: Evolucionista, Funcionalista, Sistêmica, Estruturalista, weberiana e marxista, além de tentativas de combinar várias teorias em formulações ecléticas.

b. Priorizam determinados aspectos da sociedade global: econômicos, financeiros, tecnológicos, informáticos, culturais, religiosos, políticos, geopolíticos, ecológicos, sociais, históricos, geográficos e outros. Segundo Ianni poucos são os que formulam abordagens gerais, abrangentes, integrativas.

c. Situam-se, em sua maioria, em perspectiva que se pode denominar de convencional, focalizando este ou aquele aspecto da sociedade global.

d. Utilizam-se do método comparativo como base de quase todas as interpretações. Assim, comparam-se nações, continentes, tecnologias e mercadorias, regimes políticos e políticas governamentais, indicadores econômicos, financeiros, políticos, sociais e culturais, economias estatizadas, mistas e de empresas privadas, mercado e planejamento.

e. Posicionam-se, em sua minoria, nos horizontes da desterritorialização.

Prosseguindo em sua caracterização do campo epistemológico, Ianni dá destaque a dois **objetos das ciências sociais: a sociedade nacional**, como o emblema do paradigma clássico das ciências sociais, e a **sociedade global**, como o paradigma emergente. Entretanto, chama a atenção para o fato de que não se tratam de dois objetos distintos, com tessituras e dinâmicas próprias, alheias, mas que se implicam reciprocamente, em articulações sincrônicas e diacrônicas diversas, convergentes e antagônicas, mas bem articuladas. Sob uma ótica dialética, ele afirma que “o local e o global determinam-se reciprocamente, mesclando e tensionando singularidades, particularidades e universalidades”. (IANNI, p. 41).

Com base nesse contexto, Ianni aponta que a “realidade social passa por uma verdadeira revolução” e que a “globalização cria injunções e estabelece parâmetros, anula e abre horizontes”. Reconhece que o pensamento científico “parece um tanto tímido, surpreso ou mesmo atônito, diante das implicações epistemológicas da globalização”. (*Idem*, p. 42). Por outro lado, o autor tece críticas às concepções que, embora adotem uma perspectiva global, o fazem tendo como idéia central a concepção de que a sociedade global significa uma ampliação da sociedade nacional. Ianni aponta que nestes casos, “a globalização tende a ser vista como europeização, americanização ou ocidentalização”. (*Idem*, p. 44).

O autor aponta o surgimento da globologia, como ciência análoga à sociologia, só que voltada a estudos de estruturas e processos de “sistema-mundo” como um todo, ao passo que a sociologia tem como objeto as estruturas e processos sociais.

A respeito das noções de tempo e espaço, Ianni afirma que o mundo vem se tornando, paradoxalmente, mais complexo e mais simples, micro e macro, épico e dramático, e destaca as palavras de Santos. M.:

Há hoje um relógio mundial, fruto do progresso técnico, mas o tempo-mundo é abstrato, exceto como relação. Temos, sem dúvida, um termo universal, tempo despótico, instrumento de medida hegemônico, que comanda o tempo dos outros. Este tempo despótico é responsável por temporalidades hierárquicas, conflitantes, mas convergentes. Nesse sentido todos os tempos são globais, mas não há um tempo mundial. O espaço se globaliza, mas não é mundial como um todo, senão como metáfora. Todos os lugares são mundiais, mas não há um espaço mundial. Quem se globaliza, mesmo, são as pessoas e os lugares. (SANTOS *apud*, IANNI, 2001, p. 47).

Em seguida, Ianni nos aponta o fato de que a reflexão sobre a sociedade global reabre questões epistemológicas fundamentais, como: espaço e tempo, sincronia e diacronia, micro e macro, singular e universal, individualismo e holismo, pequeno relato e grande relato. Para ele se tratam de questões colocadas a partir do reconhecimento da sociedade global como uma totalidade complexa e problemática, articulada e fragmentada, integrada e contraditória.

Avalia a existência de dois extremos na abordagem científica: se por um lado tem-se dado ênfase aos temas locais, à diferença, ao singular; por outro o foco é a subordinação de toda a diversidade à globalidade. A respeito disso, posiciona-se sob uma perspectiva de reflexão científica que envolva a dialética universal e singular, reconhecendo que ambas se constituem reciprocamente, articulam-se de forma harmônica, tensa e contraditoriamente, envolvendo múltiplas mediações. Defende que toda a reflexão sobre a sociedade global deve contemplar tanto a diversidade como a globalidade, reconhecendo que ambas se constituem simultânea e reciprocamente”. (Idem, p. 50).

Ianni argumenta que no âmbito da globalização, ou do globalismo, vistos como uma totalidade histórico-teórica, reabrem-se os contrapontos, as continuidades e as discontinuidades sintetizadas em noções tais como: sujeito e objeto do conhecimento; parte e todo; passado e presente; espaço e tempo; singular e universal; micro teoria e macro teoria. (Idem, p. 55). Nesse sentido, expõe, então, o que considera alguns dos enigmas históricos e teóricos suscitados, envolvendo inclusive, problemas epistemológicos importantes, para o campo das ciências sociais:

a. A realidade social ou o ‘objeto’ das ciências sociais revela-se diferente, novo ou surpreendente; simultaneamente é mundial, nacional, regional e local, sem esquecer o tribal.

b. O acervo teórico das ciências sociais revela-se problemático, insatisfatório, carente de significado, exigindo reelaboração, ou mesmo dependente de novos conceitos, categorias ou leis, pois os atuais têm como referência principal a sociedade nacional (5) e não a sociedade global (6).

c. São numerosos os estudos de orientação multidisciplinar. Assim, a originalidade e a complexidade da globalização, no seu todo ou em seus distintos aspectos, desafiam o cientista social a mobilizar sugestões e conquistas das várias ciências. Ainda que a pesquisa privilegie determinado ângulo de análise, está continuamente desafiada a levar em conta outros aspectos da realidade, sem os quais a análise econômica, política, sociológica, ecológica ou outra, resulta em abstrações carentes da realidade, consistência ou verossimilhança.

d. São muitos os estudos que se apóiam no método comparativo. Na medida em que a globalização abre um vasto e complexo cenário à observação, pesquisa e análise, o cientista social é levado a mapear ângulos e tendências, condições e possibilidades, impasses e rupturas, desenvolvimentos e retrocessos, progressos e decadências.

e. A partir da “globalização”, segundo Ianni, tanto se criam novos desafios e novas perspectivas para a interpretação do presente como se descortinam outras possibilidades de interpretar o passado.

f. Coloca-se o dilema do ‘sujeito do conhecimento’, quando posições que parecem estabelecidas, cômodas ou estratégicas, segundo ele, precisam ser revistas ou radicalmente modificadas.

Em relação aos enfoques acerca dos estudos sobre a globalização, Ianni destaca dois tipos: os sistêmicos e os históricos. Por sistêmicos, o autor identifica aqueles que “privilegiam as relações internacionais, a interdependência das nações, a integração regional, a geoeconomia e a geopolítica”. (...) Acrescenta que o que “predomina nos estudos, relatórios, diagnósticos e prognósticos sistêmicos é uma visão sincrônica da realidade, tomada como um todo ou em seus aspectos sociais, econômicos, políticos, demográficos, geopolíticos e outros. As análises orientam-se principalmente no sentido de propiciar a inteligência da ordem socioeconômica vigente, tendo-se em conta o seu funcionamento, a sua integração, os seus impasses e o seu funcionamento”. Conclui que “a metateoria sistêmica sintetiza e desenvolve a lógica do funcionalismo, estruturalismo e cibernética” acrescentando que “pode ser vista como um produto sofisticado do pensamento pragmático, ou da razão instrumental” (IANNI, p. 64. Grifos meus).

Já como históricos o autor aponta aqueles que “privilegiam tanto a integração, quanto a fragmentação, a diversidade e a desigualdade, a identidade e a alteridade, a ruptura e o impasse, o ciclo e a crise, a guerra e a revolução. A análise das relações, processos e estruturas que articulam e desenvolvem a transnacionalização, ou a globalização, compreendem sempre a dominação política e a apropriação econômica, tanto quanto à formação, a consolidação e a crise de soberanias.” (...) “Vista como um desafio epistemológico, a metateoria histórica sintetiza e desenvolve a lógica da historicidade ativa nas relações, processos e estruturas de dominação e apropriação, ou integração e contradição, que se expressam no âmbito da reprodução ampliada do capital”. Ianni afirma, ainda, que a metateoria histórica é como “um produto sofisticado do pensamento dialético, desenvolvido e sistematizado por Hegel e alguns dos seus continuadores, com a priorização da razão crítica.” (Idem, p. 65).

Conclui Ianni, com base no pressuposto de que se trata de um momento de transformações radicais, como tem ocorrido em outras situações de ruptura histórica, que “as ciências sociais revelam-se formas de autoconsciência científica da realidade social”, sendo “desafiadas a interpretar fatos, situações, impasses e horizontes que se abrem a indivíduos e coletividades, povos e nações, tribos e nacionalidades. Revelam-se formas de autoconsciência mais ou menos visíveis, minuciosas e abrangentes, integrativas e problemáticas, nas quais se taquígrafam, exorcizam, cantam ou decantam condições e perspectivas de uns e outros, situados e volantes, nas configurações e nos movimentos da sociedade global”. (Idem, p. 67)

3. Ruptura epistemológica na aparência ou na essência?

Embora Ianni coloque como central no seu texto, a reflexão sobre a necessidade da centralidade do tema “globalismo” como um referencial balizador da ruptura histórica e epistemológica por que passa hoje a modernidade, essa discussão traz à baila outro embate nesse campo envolvendo a modernidade *versus* a pós-modernidade, bem como suas continuidades e rupturas.

Para a reflexão acerca dessas questões, considero a contribuição teórica de David Harvey (2000), em *A condição pós-moderna*, um interessante contraponto e um

ótimo manancial para contrapor a tese de que vivenciamos uma época de “verdadeira revolução social, histórica e epistemológica, marcada por grandes rupturas”.

Esse autor apresenta uma análise da sociedade contemporânea em seus diversos e imbricados aspectos, dissecando sobre o que é afinal a tal pós-modernidade. Inicialmente, Harvey aponta como questões centrais as seguintes: O que é o pós-modernismo? Terá a vida social se modificado tanto a partir do início dos anos 70 que possamos falar, sem errar, que vivemos numa cultura pós-moderna, numa época pós-moderna?

A partir de um resgate histórico, Harvey (2000) situa o surgimento do pós-modernismo “como uma legítima reação à ‘monotonia’ da visão de mundo do modernismo universal”. O modernismo universal, segundo o autor, geralmente percebido como “positivista, tecnocêntrico e racionalista”, tem sido identificado com a crença no progresso linear, nas verdades absolutas, no planejamento racional de ordens sociais ideais, e com a padronização do conhecimento e da produção. Por sua vez, o pós-moderno, em contraste, tem sido entendido como o que privilegia a heterogeneidade e a diferença, como “forças libertadoras” na redefinição do discurso cultural. A fragmentação, a indeterminação e a intensa desconfiança de todos os discursos universais “totalizantes” tem sido um marco do pensamento “pós-moderno”, que poder ser identificado, ainda, segundo Harvey, como uma rejeição das “metanarrativas” (interpretações teóricas de larga escala pretensamente de aplicação universal).

Abarcando diversas áreas do conhecimento, Harvey faz um passeio na história, comparando os elementos formadores da modernidade até chegar ao que se costuma chamar hoje de “pós-modernidade”. Propõe-se, então, a examinar a conjugação entre o efêmero e o fugidio, entre o eterno e o imutável, característica intrínseca à modernidade, que ilustra com esta descrição feita por Berman (7):

“Há uma modalidade de experiência vital – experiência do espaço e do tempo, do eu e dos outros, das possibilidades e perigos de vida – que é partilhada por homens e mulheres em todo o mundo atual. Denominarei esse corpo de experiência ‘modernidade’. Ser moderno é encontrar-se num ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, transformação de si e do mundo – e, ao mesmo tempo, que ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. Os ambientes e experiências modernos cruzam todas as fronteiras da geografia e da etnicidade, da classe e da nacionalidade, da religião e da ideologia; nesse sentido, pode-se dizer que

a modernidade une toda a humanidade. Mas trata-se de uma unidade paradoxal, uma unidade da desunidade; ela nos arroja num redemoinho de perpétua desintegração e renovação, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia. Ser moderno é se parte de um universo em que, como disse Marx, ‘tudo o que é sólido desmancha no ar’”. (BERMAN, *apud*, HARVEY, p. 21).

Harvey argumenta que as mudanças identificadas no capitalismo ocidental foram afetadas pela “perda da fé da inelutabilidade do progresso e pelo crescente incômodo com a fixidez categórica do pensamento iluminista. Identifica que esse incômodo veio em parte do caminho turbulento da luta de classes, em particular depois das revoluções de 1848 e da publicação do Manifesto Comunista.

Assim, como Ianni, Harvey descreve várias fases do Modernismo e destaca que após a Segunda Guerra o Modernismo Internacional tinha exibido fortes tendências socialistas e até propagandistas nos anos 30. Destaca que a despolitização do modernismo ocorreu com a ascensão do expressionismo abstrato, que pressagiou ironicamente sua assimilação pelo establishment político e cultural como arma ideológica na Guerra Fria, representando um exemplo do compromisso norte-americano com a liberdade de expressão e de criação, com o individualismo exacerbado e com a essência da cultura ocidental. “E assim ocorreu com o expressionismo abstrato, ao lado do liberalismo, da Coca-Cola, dos Chevrolets e das casas de subúrbio cheias de bens de consumo duráveis.” (HARVEY, 2000, p. 43-44).

Foi nesse contexto, em que os vários movimentos contraculturais e antimodernistas dos anos 60 apareceram, que “em algum ponto entre 1968 e 1972, emergiu, portanto, o pós-modernismo como um movimento maduro, embora ainda incoerente”.(Idem, p. 44).

Para caracterizar o pensamento pós-moderno, Harvey formula várias questões, dentre as quais, podemos citar, como a central, se o pós-modernismo representa uma ruptura radical com o modernismo ou se é apenas uma revolta no interior deste último contra certa forma de ‘alto modernismo’. O autor nos apresenta um quadro comparativo com as diferenças entre modernismo e pós-modernismo (Idem, p. 48), no qual destaca que “o fato mais espantoso do pós-modernismo é sua total aceitação do efêmero, do fragmentário, do descontínuo e do caótico.” (Idem, p. 49). E completa:

Mas se, como insistem os pós-modernistas, não podemos aspirar a nenhuma representação unificada do mundo, nem retratá-lo com uma

totalidade cheia de conexões e diferenciações, em vez de fragmentos em perpétua mudança, como poderíamos aspirar a agir coerentemente diante do mundo? A resposta pós-moderna é a de que, como a representação e a ação coerentes são repressivas ou ilusórias (e, portanto, fadadas a ser autodissolventes e autoderrotantes), sequer deveríamos tentar nos engajar em algum projeto global. O pragmatismo se torna, então, a única filosofia de ação possível”. (HARVEY, p. 55).

O pós-modernismo, continua o autor, “foi fundamentalmente antecipado nas culturas metropolitanas dos últimos vinte anos, entre os significantes eletrônicos do cinema, da televisão e do vídeo, nos estúdios de gravação e nos gravadores, na moda e nos estilos da juventude, em todos os sons, imagens e histórias diversas que são diariamente mixados, reciclados e ‘arranhados’ juntos na tela gigante que é a cidade contemporânea.” (Idem, p. 63).

O autor defende a tese de que “o pós-modernismo não é senão a lógica cultural do capitalismo avançado”, e exemplifica com as palavras de Ernest Mandel (8):

[...] passamos para uma nova era a partir do início dos anos 60, quando a produção da cultura ‘tornou-se integrada à produção de mercadorias em geral: a frenética urgência de produzir novas ondas de bens com aparência cada vez mais nova (de roupas a aviões), em taxas de transferência cada vez mais essencial à inovação e à experimentação estéticas’. As lutas antes travadas exclusivamente na arena da produção se espalharam, em consequência disso, tornando a produção cultural uma arena de implacáveis conflitos sociais. Essa mudança envolve uma transformação definida nos hábitos e atitudes de consumo, bem como num novo papel para as definições e intervenções estéticas”. E acrescenta: [...] “a produção cultural popular pós-modernista apenas procurou satisfazer da melhor maneira possível em forma de mercadoria, outros sugerem que o capitalismo, para manter seus mercados, se viu forçado a produzir desejos e, portanto, estimular sensibilidades individuais para criar uma nova estética que superasse e se opusesse às formas tradicionais de alta cultura. [...] Dessa forma, conclui que os valores expressos no campo cultural e que se tornaram hegemônicos não ocorreram no vazio social, econômico ou político. (MANDEL, *apud*, HARVEY, p. 65).

Harvey referencia-se nos estudos marxianos quando descreve que os processos sociais que agem no capitalismo são caracterizados por promover o individualismo, a alienação, a fragmentação, a efemeridade, a inovação, a destruição criativa, o desenvolvimento especulativo, mudanças imprevisíveis nos métodos de produção e consumo (desejos e necessidades), mudança social impelida pela crise. Assim, argumenta que:

[...] as condições de modernização capitalista formam o contexto material a partir do qual pensadores e produtores culturais modernos e pós-modernos forjam suas sensibilidades, princípios e práticas estéticos, parece razoável concluir que a virada para o pós-modernismo não reflete nenhuma

mudança fundamental na condição social. A ascensão do pós-modernismo ou representa um afastamento de modos de pensar sobre o que pode ou deve ser feito com relação a essa condição social, ou reflete uma mudança na maneira de operação do capitalismo em nossos dias. Em ambos os casos, a descrição do capitalismo feita por Marx nos oferece, se for correta, uma base muito sólida para pensar as relações gerais entre a modernização, a modernidade e os movimentos estéticos que extraem energias dessas condições. (HARVEY, p. 107. Grifos meus).

Essa assertiva é coerente com a tese central de Harvey, apresentada logo de início, segundo a qual é possível “aduzir bases a priori a favor da proposição de que há algum tipo de relação necessária entre a ascensão de formas culturais pós-modernas, a emergência de modos mais flexíveis de acumulação do capital e um novo ciclo de ‘compressão do tempo-espço’ na organização do capitalismo” (Idem, p.7). Daí, conclui o autor, que tais mudanças “quando confrontadas com as regras básicas de acumulação capitalista mostram-se mais como transformações da aparência superficial do que como sinais do surgimento de alguma sociedade pós-capitalista ou mesmo pós-industrial inteiramente nova.” (Idem, *ibidem*).

Para entender a relação entre a base material, cultural e ideológica, Harvey destaca, que:

A disciplinação da força de trabalho para os propósitos de acumulação do capital é uma questão muito complicada. Ela envolve, em primeiro lugar, alguma mistura de repressão, familiarização, cooptação e cooperação, elementos que têm de ser organizados não somente no local de trabalho como na sociedade como um todo. A socialização do trabalhador nas condições de produção capitalista envolve o controle social bem amplo das capacidades físicas e mentais. A educação, o treinamento, a persuasão, a mobilização de certos sentimentos sociais (a ética do trabalho, a lealdade aos companheiros, o orgulho local e nacional) e a propensões psicológicas (a busca da identidade através do trabalho, a iniciativa individual ou a solidariedade social) desempenham um papel e estão claramente presentes na formação de ideologias dominantes cultivadas pelos meios de comunicação de massa, pelas instituições religiosas e educacionais, pelos vários setores do aparelho do Estado, e afirmadas pela simples articulação de sua experiência por parte dos que fazem o trabalho. (*Idem*, p.119).

Com base no exposto, Harvey passa à análise das transformações político-econômica do capitalismo do final do século XX, em busca das bases materiais para entender as mudanças aparentes que se dão na sociedade. Para tanto, traça um importante estudo do fordismo e suas relações com o keynesianismo, representando um período de expansão capitalista, analisando elementos da crise capitalista desse modelo que originaram novos paradigmas de organização da produção, para dissecar, em

seguida o período seguinte, conhecido como de “acumulação flexível de capital”, ou também conhecido como “Toyotismo” ou “Modelo Japonês”.

E foi na busca da compreensão da crise, que se caracterizou como sendo de superacumulação de produção de capital vivida pelo modelo fordista-keynesiano, que Harvey identificou a gênese de um novo padrão de acumulação (como saída dessa mesma crise), conhecido como “acumulação flexível”. Passa então a caracterizá-lo:

A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível evolui rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado ‘setor de serviços’, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (tais como a ‘terceira Itália’, Flandres, os vários vales e gargantas do silício, para não falar na vasta profusão de atividades dos países recém industrializados). Ela também envolve um novo movimento que chamarei de ‘compressão do espaço-tempo’ no mundo capitalista – os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitam, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado. (*Idem*. P. 140).

E é por meio dessa análise, na qual Harvey traça um paralelo entre as características da “modernidade fordista” e as da “pós-modernidade flexível” (9), que paradoxalmente ao destacá-las como “tendências opostas no capitalismo como um todo”, questiona-se: Mas e se a tabela como um todo constituísse em si uma descrição estrutural da totalidade das relações político-econômicas e cultural-ideológicas do capitalismo? Concebê-la assim, requer que vejamos as oposições intra e entre perfis como relações interiores no interior de um todo estruturado”. [...] Assim, continua Harvey, “podemos dissolver as categorias do modernismo e do pós-modernismo num complexo de oposições que exprime as contradições culturais do capitalismo. Nesse caso, a rígida distinção categórica entre modernismo e pós-modernismo desaparece, sendo substituída por uma análise do fluxo de relações interiores no capitalismo como um todo. (*Idem*, p. 305).

Não obstante toda essa análise feita por Harvey sobre a pós-modernidade, apresentando-a não como um movimento de ruptura epistemológica em relação ao modernismo, mas, paradoxalmente, como uma continuidade do próprio modernismo, o

autor não deixa de reconhecer algumas mudanças importantes, segundo ele, ocorridas na sociedade durante o período atual:

a. O tratamento da diferença e da ‘alteridade’ não como uma coisa a ser acrescentada às categorias marxistas mais fundamentais (como classe e forças produtivas), mas como algo que deveria estar onipresente, desde o início, em toda tentativa de apreensão da dialética da mudança social. A importância da recuperação de aspectos da organização social como raça, gênero, religião, no âmbito do quadro geral da investigação materialista histórica (com sua ênfase no poder do dinheiro e na circulação do capital) e da política de classe (com sua ênfase na unidade da luta emancipatória) não pode ser superestimada.

b. Um reconhecimento de que a produção de imagens e de discursos é uma faceta importante de atividade que tem de ser analisada como parte integrante da reprodução e transformação de toda a ordem simbólica. As práticas estéticas e culturais devem ser levadas em conta, merecendo as condições de sua produção cuidadosa atenção.

c. Um reconhecimento de que as dimensões do espaço e do tempo são relevantes, de que há geografias reais de ação social, territórios e espaços de poder reais e metafóricos que se tornam vitais como forças organizadoras na geopolítica do capitalismo, ao mesmo tempo em que são sede de inúmeras diferenças e alteridades que têm de ser compreendidas tanto por si mesmas como no âmbito da lógica global do desenvolvimento capitalista. Afirma que o “materialismo histórico finalmente começa a levar a sério a sua geografia”.

d. Destaca o materialismo histórico-geográfico como um modo de pesquisa aberto e dialético, em vez de um corpo fixo e fechado de compreensões. Defende a metateoria não como uma afirmação da verdade total, e sim como uma tentativa de se chegar a um acordo com as verdades históricas e geográficas que caracterizam o capitalismo, tanto em geral como em sua fase presente. (*Idem*, p. 320-321).

4. Considerações finais

Coerente com seu posicionamento dialético, Ianni apresenta no primeiro texto uma importante contribuição ao propor um rompimento com o referencial

epistemológico micro, local, nacional para o estudo das ciências sociais, convocando-nos a olhar sob um ponto de vista (que se pode dizer) totalizante e universalizante, das relações sociais mundiais, às quais denomina “globalismo”.

Entretanto, é importante mencionar que “globalização” não se trata de um termo que tenha um conceito pacífico, pois vem sendo empregado num sentido bem diverso ao proposto por Ianni, apropriado pelas correntes “neoliberais” e sobre o qual não me deterei na análise nesse texto.

Ao questionar a radicalidade das rupturas apresentadas por Ianni, no que tange à “modernidade-mundo”, valendo-me do estudo feito por Harvey, tinha como objetivo resgatar um referencial epistemológico baseado no materialismo-histórico-dialético. Esse, a meu ver, continua tão vigoroso para nos guiar rumo ao conhecimento da base material, dos movimentos e das contradições presentes na sociedade capitalista, bem como de sua ideologia e consciência social e demais elementos situados no campo da superestrutura, dentre os quais se incluem a cultura e a educação, que é o campo de estudo para o qual volto meu olhar no presente, mais especificamente, a educação política de classe.

Julguei importante fazer a conexão entre o texto de Ianni e o de Harvey para dar destaque ao debate que se constitui entre modernidade e pós-modernidade, continuidade ou ruptura.

Como ilustração dessa conexão, concluo com as palavras de Antunes (10), que ao caracterizar o chamado Toyotismo e as novas formas de acumulação flexível sublinhou:

Opondo-se ao contra-poder que emergia das lutas sociais, o capital iniciou um processo de reorganização das suas formas de dominação societal, não só procurando reorganizar em termos capitalistas o processo produtivo, mas procurando gestar um projeto de recuperação da hegemonia nas mais diversas esferas da sociabilidade. Fez isso, por exemplo, no plano ideológico, por meio do culto de um *subjetivismo* e de um ideário fragmentador que faz apologia ao individualismo exacerbado contra as formas de solidariedade e de atuação coletiva e social. Segundo Ellen Wood, trata-se da fase de transformações econômicas, as mudanças na produção e nos mercados, as mudanças culturais, geralmente associadas ao termo ‘pós-modernismo’, estariam em verdade, conformando um momento de *maturação* e *universalização* do capitalismo, muito mais do que um trânsito da ‘modernidade’ para a ‘pós-modernidade’. (Antunes, 1997, p.48).

ANEXO (11)

Modernidade fordista versus pós-modernidade flexível, ou a interpretação de tendências opostas na sociedade capitalista como um todo.

Modernidade fordista	Pós-modernidade flexível
Economias de escala/ código mestre/ hierarquia /homogeneidade/ divisão detalhada do trabalho	Economias de escopo/ idioleto/ anarquia/ diversidade/ divisão social do trabalho
Paranóia/ alienação/ sintoma/ habitação pública/ capital monopolista	Esquizofrenia/ descentração/ desejo/ desabrigados/ empreendedorismo
Propósito/ projeto/ domínio/ determinação/ capital produtivo/ universalismo	Jogo/acaso/ exaustão /indeterminação/ capital fictício /localismo
Poder do Estado/ sindicatos/ Estado do bem-estar social /metrópole	Poder financeiro/ individualismo / neoconservadorismo/ contra-urbanização
Ética/ mercadoria-dinheiro/ Deus Pai/ materialidade	Estética/ dinheiro contábil/ O Espírito Santo/ imaterialidade
Produção/ originalidade/ autoridade/ operário/ vanguardismo/ política de grupo de interesse/ semântica	Reprodução/ pastiche/ ecletismo/ administrador/ comercialismo/ política carismática/ retórica
Centralização/ totalização/ síntese/ negociação coletiva	Descentralização/ desconstrução/ antítese/ contratos locais
Administração operacional/ código mestre/ fático/ tarefa única/ origem	Administração estratégica/ idioleto/ andrógino/ tarefas múltiplas/ vestígio
Metateoria/ narrativa/ profundidade/ produção em massa/ política de classe/ racionalidade técnico-científica	Jogos de linguagem/ imagem/ superfície/ produção em pequenos lotes/ social/ movimentos/ alteridade pluralista
Utopia / arte redentora / concentração/ trabalho especializado/ consumo coletivo	Heterotopias/ espetáculo/ dispersão/ trabalhador flexível/ capital simbólico
Função/ representação/ significado/ indústria/ ética protestante do trabalho/ reprodução mecânica	Ficção/ auto-referência/ significante/ serviços/ contrato temporário/ reprodução eletrônica
Vir-a-se/ epistemologia/ regulação/ renovação urbana/ espaço relativo	Ser/ ontologia/ desregulação/ revitalização urbana /lugar
Intervencionismo estatal/ industrialização/ internacionalismo/ permanência/ tempo	Laissez-faire/ desindustrialização/ geopolítica/ efemeridade/ espaço

Referencias

ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do trabalho – Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2000.

IANNI, O. *As ciências sociais e a modernidade-mundo: uma ruptura epistemológica*. Revista de Ciências Humanas, n. 10, 2001. Curitiba: UFPR, pp. 29-70.

MARX, Karl. *O Capital*. Vol. I, São Paulo: Abril Cultural, 1988. 3.ed.

<http://www.wikipedia.org>. Consulta feita em 22.7.2006.

Notas

(1) Karl Marx. *O Capital, Vol. I. Posfácio da Segunda Edição* p. 26.

(2) Octávio Ianni (1926 – 2004) foi um sociólogo brasileiro, graduado na antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo em Ciências Sociais onde fez também o mestrado e doutorado. Foi um dos fundadores do Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento). Aposentado compulsoriamente, teve seus direitos políticos cassados pelo AI-5 em 1969. Somente voltando a lecionar no Brasil em 1977 na Pontifícia Universidade Católica e na UNICAMP. Exerceu sua profissão também no México, Estados Unidos, Espanha e Itália. Em suas pesquisas especializou-se na análise do populismo e do imperialismo. Fez parte da chamada Escola Paulista de Sociologia, cuja principal referência é Florestan Fernandes. Na década de 90, sua pesquisa se focou mais na crítica à nova ordem global. Foi um dos sociólogos mais influentes do Brasil. (Fonte: www.wikipedia.org, consulta feita em 22.7.06).

(3) Octávio Ianni. *As Ciências Sociais e a Modernidade-Mundo – Uma ruptura histórica e epistemológica*. 2001.

(4) David Harvey é professor emérito de Antropologia no Centro de Pós-graduação da *City University of New York*. Foi professor de Geografia da John Hopkins University e da *Oxford University*. É membro da *London School of Economics*.

(5) Como exemplos desses conceitos, Ianni aponta: sociedade civil, e estado, estado-nação, soberania e hegemonia, povo e cidadão, grupo social e classe social, classe social e luta de classes, partido político e sindicato, indivíduo e sociedade, natureza e sociedade, identidade e alteridade, cooperação e divisão do trabalho, ordem e progresso, democracia e ditadura, nacionalismo e imperialismo, tribalismo e nacionalismo, cultura e tradição, mercado e planejamento, reforma e revolução e contra-revolução, revolução nacional e revolução social, relações internacionais e geopolítica, geopolítica e guerra, capitalismo e socialismo.

(6) Sob esse enfoque, Ianni destaca as noções, metáforas e conceitos como: mundialização, planetarização, globalização, mundo sem fronteiras, aldeia global, fábrica global, shopping center global, cidade global, divisão transnacional do trabalho e

da produção, estruturas mundiais de poder, desterritorialização, cultura global, mídia global, sociedade civil mundial, cidadão do mundo, mercados mundiais, infovia, Internet, metahistória, metateoria.

(7) Marshal Berman. *Tudo que é sólido se desmancha no ar – as aventuras da modernidade*.

(8) Ernest Mandel. *Capitalismo Tardio*. 1975.

(9) Harvey apresenta esse paralelo em forma de tabela comparativa, que segue reproduzida como anexo a este artigo.

(10) Ricardo Antunes. *Os Sentidos do Trabalho – ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2000.

(11) Reprodução da Tabela 4.1, apresentada por David Harvey em *A Condição Pós-Moderna*, p. 304.